

Estratégia do faz-de-conta

PROGRAMA MACROECONÔMICO DE SERRA ESTÁ BASEADO EM DOIS EQUÍVOCOS

MARCELO DE PAIVA ABREU

A ansiedade despertada pelo agravamento da crise econômica tende a apressar decisões cujas conseqüências podem ter alto custo no futuro. É grande a tentação de aceitar estereótipos que parecem simplificar decisões que são extremamente difíceis. Isto se aplica à análise das três candidaturas sérias à Presidência da República. Na boca do povo, Lula é pouco crível, Ciro é volátil e Serra politicamente invendável.

A crítica mais contundente que se faz à candidatura Lula é quanto à baixa credibilidade da guinada do candidato em relação a questões tradicionalmente marcadas por radicalismo partidário. A dúvida crucial é menos quanto à autenticidade deste ajuste de convicções por parte da cúpula petista e mais quanto à sua capacidade de manter a disciplina do partido em caso de vitória eleitoral. Talvez o melhor exemplo da fragilidade do camaleonismo de Lula seja a parceria do PT com a CNBB. Em tempos que dificilmente podem ser classificados de imemoriais, segundo semestre de 2000, o partido engajou-se com a CNBB em plebiscito no qual se defendeu o não-pagamento das dívidas externa e interna. Dois anos depois, o PT, mais sisudo, e para desgosto da CNBB, recusa-se a participar de outro plebiscito, agora sobre a Alca, temendo a exploração política de seu alinhamento com uma posição contrária à dos EUA.

Ciro Gomes, embora tenha progredido na arte de evitar afirmações que resultam em tiros no pé, parece ter volatilidade bem maior do que seria aceitável em um presidente da República. Descontadas as declarações de intenções, medidas de prazo muito longo e críticas condoreiras ao "neoliberalismo", o seu programa é singularmente vazio. Pelas próprias características de sua candidatura - fragilidade da coalizão política que a sustenta, crescimento meteórico nas pesquisas -, talvez haja espaço para que se acredite que, no fragor da disputa, vá surgindo um programa mínimo razoável e exequível. Mas, mais do que no caso de outros candidatos, Ciro Gomes depende de, como diz, "serrar um braço" e oferecer aos muitos que o temem pela volatilidade, um antídoto eficaz, um sinal de continuidade do regime de responsabilidade macroeconômica, talvez manifestando a disposição de manter o presidente do Banco Central durante um período de transição. Em qualquer caso, é duvidoso que o candidato encerre a campanha com sucesso e ainda com os dois braços no lugar.

Imagine-se que, conseguindo reverter a queda nas pesquisas de opinião, José Serra passe a encantar as massas. Em princípio, suas virtudes seriam o espelho dos defeitos de Lula e Ciro: credibilidade e baixa volatilidade. Seu programa assume, assim, importância vital na avaliação do que poderia ser o seu desempenho na Presidência da República porque, ao contrário do que se aplica aos demais candidatos, corresponderia exatamente ao que vai ser implementado em seu governo. Infelizmente, qualquer expectativa otimista quanto à qualidade do programa é frustrada por leitura atenta. Além da ênfase em gastos sociais, e do convencional recheio de metas setoriais e desejos difusos, emergem duas idéias centrais quanto à estratégia econômica, precedidas de uma barretada perfunctória às virtudes da estabilização.

Segundo o programa, a "ponta do barbante" para puxar o crescimento será uma contínua e forte elevação do superávit comercial para um nível da ordem de US\$ 15 bilhões. Para alcançar esse objetivo são propostas políticas de estímulo à exportação e à substituição de importações. Esta segunda parte é preocupante. Segundo o documento, a "elevada importação indica haver espaço para a substituição de importações" e concentra a atenção nas indústrias "estratégicas": eletrônica,

fármaco-química e de software. O critério é singularmente inadequado: adotado, por exemplo, na Europa significaria a perpetuação do protecionismo agrícola, pois as importações agrícolas européias são substanciais. Mais grave, trata-se de reincidência no erro. Em 1995, o senador José Serra exerceu toda a sua decisiva influência para que se adotasse o regime automotivo com base nos "argumentos" agora repetidos: o resultado foi muita renúncia fiscal, tarifa efetiva absurdamente alta protegendo as montadoras e espetacular capacidade excedente da indústria automotiva. Aparentemente, do ponto de vista macroeconômico, o nirvana do revisionismo desenvolvimentista do programa é que se volte a meados da década de 1980: proteção alta e saldos comerciais substanciais. O problema é que isso esteve associado a estagnação e inflação alta. De qualquer modo, não se entende como vai ser financiado o investimento requerido para crescer a 4,5% ao ano.

A segunda "grande idéia" do programa é a solução dos desequilíbrios fiscais por via indolor, mas, infelizmente, fantasiosa: o programa propõe que se "feche a equação fiscal" com taxa de crescimento elevada da produção e melhoria da qualidade dos gastos. É difícil acreditar que o candidato, que adquiriu merecida reputação de austeridade nos seus tempos no governo de São Paulo - ainda que bastante erodida após 1994 -, leve a sério estas declarações de intenção. Parecem revelar, mais do que tudo, falta de compromisso com o equilíbrio das contas públicas. Sem tocar seriamente em gastos previdenciários e vinculações orçamentárias não há retórica que vá viabilizar contas públicas decentes no médio prazo.

Dadas as dificuldades de decolagem da candidatura Serra e constatadas as limitações do seu programa - faz-de-conta que vamos crescer e faz-de-conta que as contas públicas vão ficar equilibradas -, é inevitável que se volte à dura avaliação das alternativas. Será Lula afinal mais crível do que parece?

Será Ciro, de fato, menos mercurial do que aparenta ser?

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio